

4. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CELESTIAL ORDEM TERCEIRA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – IGREJA DO PÓPULO E CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA- DSJC:

Do **DSJC**, submetendo à consideração do Executivo Municipal o protocolo mencionado em epígrafe, tendo em vista a execução da operação “Valorizar a Igreja do Póculo: Reabilitação, Conservação e Promoção”, que vai em anexo.



GAD &

DMGAP - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

<p>Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 2017</p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p><i>A. S. de Souza.</i></p>
<p>11</p>	<p>19.11.16</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>

Assunto: Análise de Protocolo de Colaboração, solicitada pelo Sr. Presidente da CMB

INFORMAÇÃO

À consideração superior,

Elisa Cunha Coelho

សេចក្តីសម្រេច ០៩/២០២០ របស់គណៈកម្មាធិការជាតិរៀបចំការបោះឆ្នោត
សម្រាប់ការបោះឆ្នោតជាតិ

X

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE

CELESTIAL ORDEM TERCEIRA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - IGREJA DO PÓPULO

E

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Enquadramento

Considerando que:

Os municípios conciliam atribuições no domínio dos equipamentos urbanos e a competência da Câmara Municipal para deliberar as formas de apoio a entidades legalmente existentes, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais ou outras de interesse para o município, conforme alínea a) do nº2 do artigo 23º e da alínea p) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;

Que incumbe ao Estado, entre outros, a valorização do património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais;

Que o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais;

Que o Município dispõe, nomeadamente, de atribuições no domínio do Património, Cultura, Ciência e Turismo, nos termos do artigo 23º, nº2, Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;

É incumbência da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo zelar pelo bom estado de conservação e valorização do património cultural a seu cargo, bem como da disponibilização desse mesmo património ao público;

Que a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo tem vindo a desenvolver esforços e que pretende dar continuidade ao propósito de proteger, valorizar e divulgar a Igreja do Convento do Pópulo, como uma mais-valia para o património cultural e turístico da cidade;

Que a Câmara Municipal de Braga reconhece e apoia os esforços desenvolvidos pela Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade- Igreja do Pópulo e legitima e reforça a importância da Igreja do Convento do Pópulo para a diferenciação e qualificação turística da região, pela via do Turismo Religioso e Cultural;

Que compete ao Município assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, manutenção, recuperação e divulgação do património cultural do Município, bem como apoiar atividades de natureza cultural e recreativa, de interesse municipal, nos termos do artigo 33º, nº1, alíneas t) e u) da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;

Que a Igreja do Convento do Pópulo é um edifício classificado de IIP – Imóvel de Interesse Público desde 1977, pelo Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977, assume grande relevância patrimonial no enquadramento do tecido urbano de Braga.

É celebrado e reciprocamente aceite por ambas as entidades, o presente acordo de colaboração, que rege as seguintes cláusulas:

Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo, com o NIF 501 502 084, com sede na Praça Conselheiro Torres de Almeida, 4700-313 Braga, neste ato representado pelo Jesuíno Machado Dias Afonso, doravante designado Primeiro Outorgante;

e

A Câmara Municipal de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, com sede na Praça do Município, em Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Machado Rio, que

outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso de poderes que lhe são conferidos pela alínea a) do nº1 do artigo 35º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, doravante designado por Município ou Segundo Outorgante;

O qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes e no que for omissivo pela legislação aplicável em vigor.

CLÁUSULA 1ª

(Fundamento)

Atendendo ao reconhecimento, por parte do Município de Braga, do elevado interesse patrimonial, cultural e turístico da Igreja do Pópulo, por se tratar de um imóvel histórico situado no centro histórico da cidade, cuja classificação se assume como IIP – Imóvel de Interesse Público desde 1977, pelo Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977; é vontade de ambas as partes fortalecerem a relação de colaboração, no que concerne à proteção e conservação do edifício, e promover a reabilitação e a valorização do Monumento, potenciando-o como um recurso importante à atividade turística.

CLÁUSULA 2ª

(Objeto)

O presente Protocolo estabelece as formas de colaboração e apoio da Câmara Municipal de Braga à Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo tendo em vista a execução da operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção”, que a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo pretende candidatar a financiamento comunitário no âmbito do AVISO Nº NORTE-14-2019-17 do Eixo Prioritário 4 “Qualidade Ambiental” do Norte 2020 e na Prioridade de Investimento 6.3. “Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Natural e Cultural”, no domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos do Portugal 2020.

CLÁUSULA 3ª

(Vigência)

Sem prejuízo de uma eventual revisão do acordo de colaboração pelas partes contratantes, a sua execução reporta-se ao período compreendido de 36 meses.

CLÁUSULA 4ª

(Obrigações dos outorgantes)

São obrigações do primeiro outorgante, Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo, com total responsabilidade financeira, no âmbito do presente protocolo, e por referência à operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção” com vista à realização de:

A execução de todas as ações e atividades da operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção”;

- a) Intervenções de reabilitação e conservação da Igreja do Convento do Pópulo;
- b) Intervenção de restauro do recheio artístico da Igreja do Convento do Pópulo;
- c) Valorização, promoção do património da Igreja do Convento do Pópulo;
- d) Divulgação turística da Igreja do Convento do Pópulo e dinamização de atividades e da operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção durante o decorrer e após o término da mesma;
- e) Ações de sensibilização do património cultural e turístico, que representa a Igreja do Convento do Pópulo, junto do público escolar e público em geral.

São obrigações do Segundo outorgante, a Câmara Municipal de Braga, sem responsabilidade financeira, no âmbito do presente protocolo, e por referência à operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção”:

- a) Assegurar a fiscalização das intervenções de reabilitação e conservação da Igreja do Convento do Pópulo;
- b) Colaborar na dinamização de visitas guiadas ao património azulejar da Igreja e do Convento do Pópulo.
- c) Publicitar em todos os meios de promoção e divulgação disponíveis do Município, as iniciativas e atividades a realizar na Igreja do Convento do Pópulo no âmbito da operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção.”

Cláusula 5ª

(Financiamento dos objetivos do protocolo)

Para a implementação dos objetivos identificados na cláusula segunda compete ao Primeiro Outorgante, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo, a elaboração da candidatura e respetiva gestão e execução física e financeira da operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção” no âmbito do AVISO Nº NORTE-14-2019-17 do Eixo Prioritário 4 “Qualidade Ambiental” do Norte 2020 e na Prioridade de Investimento 6.3. “Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Natural e Cultural”, no domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos do Portugal 2020.

Cláusula 6ª

(Alterações ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser alterado, de acordo com as partes, caso haja necessidade de introduzir modificações de carácter temporal ou material, desde que as mesmas concorram para o aperfeiçoamento ou ampliação de efeitos do mesmo, e

não alterem o propósito da operação: “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção”.

O presente Protocolo é lavrado em duplicado e assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, e pelo Presidente da Comissão Administrativa da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo.

Braga, 02 de Julho de 2019

Pela Câmara Municipal de Braga, o Presidente

(Dr. Ricardo Bruno Machado Rio)

Pelo Presidente da Comissão Administrativa da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo,

(Jesuíno Machado Dias Afonso)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE

CELESTIAL ORDEM TERCEIRA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - IGREJA DO PÓPULO

E

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Enquadramento

Considerando que:

Os municípios conciliam atribuições no domínio dos equipamentos urbanos e a competência da Câmara Municipal para deliberar as formas de apoio a entidades legalmente existentes, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais ou outras de interesse para o município, conforme alínea a) do nº2 do artigo 23º e da alínea p) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;

Que incumbe ao Estado, entre outros, a valorização do património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais;

Que o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais;

Que o Município dispõe, nomeadamente, de atribuições no domínio do Património, Cultura, Ciência e Turismo, nos termos do artigo 23º, nº2, Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;

É incumbência da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Povo zelar pelo bom estado de conservação e valorização do património cultural a seu cargo, bem como da disponibilização desse mesmo património ao público;

Que a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo tem vindo a desenvolver esforços e que pretende dar continuidade ao propósito de proteger, valorizar e divulgar a Igreja do Convento do Pópulo, como uma mais-valia para o património cultural e turístico da cidade;

Que a Câmara Municipal de Braga reconhece e apoia os esforços desenvolvidos pela Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade- Igreja do Pópulo e legitima e reforça a importância da Igreja do Convento do Pópulo para a diferenciação e qualificação turística da região, pela via do Turismo Religioso e Cultural;

Que compete ao Município assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, manutenção, recuperação e divulgação do património cultural do Município, bem como apoiar atividades de natureza cultural e recreativa, de interesse municipal, nos termos do artigo 33º, nº1, alíneas t) e u) da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;

Que a Igreja do Convento do Pópulo é um edifício classificado de IIP – Imóvel de Interesse Público desde 1977, pelo Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977, assume grande relevância patrimonial no enquadramento do tecido urbano de Braga.

É celebrado e reciprocamente aceite por ambas as entidades, o presente acordo de colaboração, que rege as seguintes cláusulas:

Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo, com o NIF 501 502 084, com sede na Praça Conselheiro Torres de Almeida, 4700-313 Braga, neste ato representado pelo Jesuíno Machado Dias Afonso, doravante designado Primeiro Outorgante;

e

A Câmara Municipal de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, com sede na Praça do Município, em Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Machado Rio, que

outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso de poderes que lhe são conferidos pela alínea a) do nº1 do artigo 35º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, doravante designado por Município ou Segundo Outorgante;

O qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes e no que for omissa pela legislação aplicável em vigor.

CLÁUSULA 1ª

(Fundamento)

Atendendo ao reconhecimento, por parte do Município de Braga, do elevado interesse patrimonial, cultural e turístico da Igreja do Pópulo, por se tratar de um imóvel histórico situado no centro histórico da cidade, cuja classificação se assume como IIP – Imóvel de Interesse Público desde 1977, pelo Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977; é vontade de ambas as partes fortalecerem a relação de colaboração, no que concerne à proteção e conservação do edifício, e promover a reabilitação e a valorização do Monumento, potenciando-o como um recurso importante à atividade turística.

CLÁUSULA 2ª

(Objeto)

O presente Protocolo estabelece as formas de colaboração e apoio da Câmara Municipal de Braga à Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo tendo em vista a execução da operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção”, que a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo pretende candidatar a financiamento comunitário no âmbito do AVISO Nº NORTE-14-2019-17 do Eixo Prioritário 4 “Qualidade Ambiental” do Norte 2020 e na Prioridade de Investimento 6.3. “Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Natural e Cultural”, no domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos do Portugal 2020.

CLÁUSULA 3ª

(Vigência)

Sem prejuízo de uma eventual revisão do acordo de colaboração pelas partes contratantes, a sua execução reporta-se ao período compreendido de 36 meses.

CLÁUSULA 4ª

(Obrigações dos outorgantes)

São obrigações do primeiro outorgante, Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo, com total responsabilidade financeira, no âmbito do presente protocolo, e por referência à operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção” com vista à realização de:

A execução de todas as ações e atividades da operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção”;

- a) Intervenções de reabilitação e conservação da Igreja do Convento do Pópulo;
- b) Intervenção de restauro do recheio artístico da Igreja do Convento do Pópulo;
- c) Valorização, promoção do património da Igreja do Convento do Pópulo;
- d) Divulgação turística da Igreja do Convento do Pópulo e dinamização de atividades e da operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção durante o decorrer e após o término da mesma;
- e) Ações de sensibilização do património cultural e turístico, que representa a Igreja do Convento do Pópulo, junto do público escolar e público em geral.

São obrigações do Segundo outorgante, a Câmara Municipal de Braga, sem responsabilidade financeira, no âmbito do presente protocolo, e por referência à operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção”:

- a) Assegurar a fiscalização das intervenções de reabilitação e conservação da Igreja do Convento do Pópulo;
- b) Colaborar na dinamização de visitas guiadas ao património azulejar da Igreja e do Convento do Pópulo.
- c) Publicitar em todos os meios de promoção e divulgação disponíveis do Município, as iniciativas e atividades a realizar na Igreja do Convento do Pópulo no âmbito da operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção.”

Cláusula 5ª

(Financiamento dos objetivos do protocolo)

Para a implementação dos objetivos identificados na cláusula segunda compete ao Primeiro Outorgante, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo, a elaboração da candidatura e respetiva gestão e execução física e financeira da operação “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção” no âmbito do AVISO Nº NORTE-14-2019-17 do Eixo Prioritário 4 “Qualidade Ambiental” do Norte 2020 e na Prioridade de Investimento 6.3. “Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Natural e Cultural”, no domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos do Portugal 2020.

Cláusula 6ª

(Alterações ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser alterado, de acordo com as partes, caso haja necessidade de introduzir modificações de carácter temporal ou material, desde que as mesmas concorram para o aperfeiçoamento ou ampliação de efeitos do mesmo, e

não alterem o propósito da operação: “Valorizar a Igreja do Pópulo: Reabilitação, Conservação e Promoção”.

O presente Protocolo é lavrado em duplicado e assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, e pelo Presidente da Comissão Administrativa da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo.

Braga, 02 de Julho de 2019

Pela Câmara Municipal de Braga, o Presidente

(Dr. Ricardo Bruno Machado Rio)

Pelo Presidente da Comissão Administrativa da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade - Igreja do Pópulo,

(Jesuíno Machado Dias Afonso)